

MERCADO DE TRABALHO: DIFERENCIAIS NA OCUPAÇÃO E NOS RENDIMENTOS ENTRE NEGROS E NÃO NEGROS

LABOR MARKET: DIFFERENTIALS IN OCCUPATION AND INCOME BETWEEN BLACK AND NON-BLACK PEOPLE

Resumo: Apesar da heterogeneidade étnica inerente à formação do povo brasileiro, verifica-se a existência de uma forte hierarquização racial da população, onde os negros e mestiços estão concentrados na base da pirâmide social brasileira. As desigualdades raciais existentes possuem raízes históricas baseadas no racismo institucional que caracterizava o regime escravocrata que prevaleceu até o final do século XIX.

A perpetuação das desigualdades, que se expressa parcialmente na hierarquização racial da força de trabalho, se deu em razão da ausência de políticas sociais efetivas contínuas. Neste contexto, pode-se identificar diferenciais significativos no mercado de trabalho, tanto no que refere ao perfil de ocupação como também nos rendimentos auferidos: os negros ocupam menos cargos no executivo e de chefia e ganham, em média, 30% menos que os brancos, segundo os dados do DIEESE. Ainda segundo o DIEESE, as taxas de desemprego aumentaram mais entre a população negra nos últimos anos, em decorrência da crise econômica.

Sendo assim, o presente artigo vai abordar os principais fatores socioeconômicos que engendraram e alimenta essa diferença de oportunidades de acesso a maiores e melhores colocações no mercado de trabalho para os negros e também os diferenciais salariais existentes entre os dois grupos, ou seja, os negros e os não negros

Palavras-Chave: mercado de trabalho, desigualdade social, racismo, ocupação, remuneração.

Abstract: *Despite the ethnic heterogeneity inherent in the formation of the Brazilian people, there is a racial hierarchy of the population, where blacks and mestizos are concentrated at the base of the Brazilian social pyramid. Existing racial inequalities have historical roots based on the institutional racism that characterized the slave regime that prevailed until the end of the nineteenth century.*

The perpetuation of inequalities, which is partially expressed in the racial hierarchy of the labor force, was due to the absence of continuous effective social policies. In this context, it is possible to identify significant differentials in the labor market, both in terms of occupational profile and income: blacks occupy less executive and managerial positions and earn an average of 30% less than whites,

according to data from DIEESE. According to the DIEESE, unemployment rates have increased more among the black population in recent years, as a result of the economic crisis.

Thus, the present article will address the main socioeconomic factors that engendered and feeds this difference in access opportunities to higher and better job market positions for blacks and the wage differentials between the two groups, that is, blacks and non-blacks.

Keywords: *labor market, social inequality, racism, occupation, remuneration.*

I - INTRODUÇÃO

De acordo com o Artigo I da Declaração das Nações Unidas – ONU, sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial indica que: “Discriminação Racial significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na raça, cor, ascendência, origem étnica ou nacional com a finalidade ou o efeito de impedir ou dificultar o reconhecimento e exercício, em bases de igualdade, aos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou qualquer outra área da vida pública” (Ethos Social, 2018).

No Brasil, apesar da heterogeneidade étnica inerente à própria formação do povo brasileiro, o país está muito distante de oferecer equidade de oportunidades e de remuneração para negros e não negros no mercado de trabalho. Ao analisarmos a sociedade brasileira, identifica-se uma estrutural hierarquização racial da população, de forma que negros e mestiços estão concentrados historicamente na base da pirâmide social, ou seja, existe um quadro de desigualdade fundado no racismo.

Segundo MUNANGA (2004, Apud ROSELINO, 2015, p. 105):

o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais.

Partindo desse pressuposto, o racismo é visto como uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos.

A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo à qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas (MUNANGA, 2004, Apud ROSELINO, 2015, p. 105)

É preciso considerar que, no Brasil, como lembra Milton Santos, onde o trabalho do negro foi, desde o início da história econômica, essencial à manutenção do bem-estar das classes dominantes, e onde gestou-se (e vem se perpetuando) uma ética conservadora, produtora de convicções escravocratas arraigadas, que “mantêm estereótipos que ultrapassam os limites do simbólico e têm incidência sobre os demais aspectos das relações sociais” (SANTOS, 2002).

Sendo assim, justifica-se o enorme abismo existente entre os diversos grupos sociais como meramente ligado as diferentes aptidões e habilidades pertinentes a cada grupo social, sem levar em consideração os ecos da escravidão e a ausência de uma transição que permitisse a inserção adequada para os negros na sociedade, uma vez que eles foram libertados, mas não possuíam moradia, renda, estrutura, acabaram alojando-se nas periferias das cidades e tratados com indiferença.

Os imigrantes europeus chegaram ao Brasil sem qualificação para trabalhar na agricultura, mas seus descendentes conseguiram melhorar as suas condições de vida ao longo do tempo.

O que perdura desde a escravidão é o racismo, pois era considerado natural que as pessoas de pele escura fossem escravas. Não temos mais a figura do escravo, mas não temos igualdade de oportunidades. Como afirma Fernandes (2007), temos uma espécie de preconceito reativo: o preconceito contra o preconceito ou o preconceito de ter preconceito.

A profunda desigualdade racial entre negros e brancos em praticamente todas as esferas sociais brasileiras é fruto de mais de quinhentos anos de opressão e/ou discriminação racial contra os negros, algo que não somente os conservadores brasileiros, mas uma parte significativa dos progressistas recusa-se a admitir.

A população negra possui os piores indicadores sociais, os menores índices de escolarização, de rendimentos e de acesso a bens e serviços, assim como os maiores índices de mortalidade precoce, quando comparados com a população branca.

Esses fatores, acabam desencadeando dois aspectos que fortalecem a posição desfavorecida da população negra: a baixa escolaridade e a colocação precoce no mercado de trabalho.

Na medida em que passa participar do mercado de trabalho com um nível de escolaridade menor, restringe as possibilidades de acesso a vagas com melhor remuneração, sem contar as diferenças existentes para as mesmas funções, porém com salários diferenciados para negros e não negros.

II - OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é discutir a variação dos rendimentos existentes na remuneração entre homens e mulheres negros e não negros no mercado de trabalho brasileiro, assim como as dificuldades de acesso a posições de destaque no ranking das ocupações.

III – METODOLOGIA

O presente estudo visa realizar uma análise comparada qualitativa e quantitativa entre posições ocupadas no mercado de trabalho e os rendimentos recebidos entre os negros e não negros na região metropolitana de São Paulo.

IV. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em 2016, negros ocupavam 45,2% das vagas que eram destinadas para ensino fundamental, 44,7% dos que pediam ensino médio, ainda que incompleto, e apenas 27% dos empregos que exigiam ensino superior no Brasil.

Ambientes de trabalho em que os subordinados são negros contam com uma maioria de profissionais brancos ocupando cargos de gerência. Se 60% dos serventes de obra são negros, 52% dos mestres de obra são brancos. Enquanto três quartos dos operadores de telemarketing são negros, 53% dos supervisores são brancos.

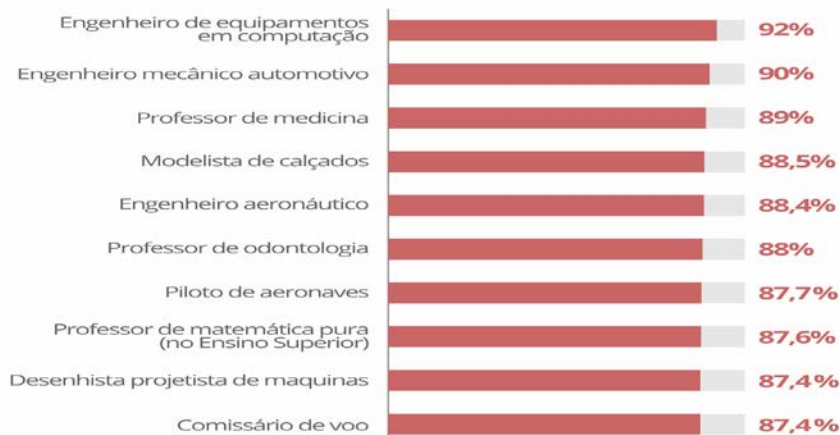
No gráfico 1, verificamos que no topo das profissões lideradas pelos brancos, temos diversos tipos de engenheiros, professores de medicina, odontologia, piloto de aeronaves, entre outros, que requer maior qualificação e oferece melhores salários, enquanto que nas profissões com maioria negra, temos várias atividades ligadas ao cultivo e extração de produtos agrícolas, agente de higiene e segurança, operador de telemarketing, que são funções com baixa remuneração e grau de escolaridade.

Gráfico 1 – O mercado de trabalho para brancos e negros

O mercado de trabalho para brancos e negros

Empregos que possuem maior quantidade de brancos e negros

BRANCOS



NEGROS



Fonte: RAIS 2016 / Ministério do Trabalho e Emprego

Infográfico elaborado em: 11/05/2018



Criou-se então um paradoxo: os negros, em função da histórica falta de oportunidades e de recursos, tem baixa participação nos cursos de nível superior, principalmente nos cursos que exigem melhor preparação para o ingresso e conclusão dos mesmos, e um volume maior de recursos para realiza-lo, e, por outro lado, a baixa qualificação da mão de obra não proporciona boas oportunidades de inserção no mercado de trabalho e consequentemente de remuneração.

Estudo do SEADE / DIEESE (2018), observamos que os rendimentos do trabalho dos negros cresceram em 2017, após dois anos de retração. Seu rendimento médio real por hora passou a valer R\$ 9,62, enquanto para não negros, enquanto para não negros, a média foi de R\$ 13,88. Dessa forma, os negros receberam em média, 69,3% dos rendimentos dos não negros em 2017, como resultado das diferentes formas de inserção ocupacional dessas duas populações.

Por outro lado, a crise econômica que afeta nosso país agravou a situação no mercado de trabalho, com a elevação da taxa de desemprego, com a eliminação de postos de trabalho e a ampliação do trabalho autônomo. No entanto, o impacto foi diferente entre negros e não negros.

Segundo o DIEESE (2018), entre o segundo semestre de 2014 e o segundo semestre de 2017, na região metropolitana de São Paulo, o nível ocupacional dos não negros diminuiu 11,7% e dos negros apresentou uma variação positiva de 04%, em função das oportunidades encontradas forma ampliação do trabalho autônomo, o que não necessariamente seria uma melhoria.

V. CONCLUSÃO

A presente artigo teve como objetivo discutir a diferença salarial entre os trabalhadores negros e não negros e os motivos que geram tal diferença. Apesar da população brasileira, em sua formação, foi composta majoritariamente pela mistura de raças, sendo que atualmente a população parda representa quase 50% da população total, identifica-se na cultura um forte preconceito em relação aos negros, que compõe esse grupo.

O regime escravocrata deixou sequelas observadas até hoje, pois o negro é considerado inferior ao não negro (branco), possui menos oportunidades de melhoria das suas condições de vida, vive geralmente nas periferias das cidades e recebe proporcionalmente um salário menor que os não negros.

Conforme foi citado anteriormente, estudos do DIEESE mostram que existe diferenciação da remuneração paga para uma mesma função entre negros e não negros, inclusive nas ocupações que oferecem maior remuneração, como medicina e engenharia, que requerem maior qualificação, observa-se pouca participação dos negros. A maioria da população negra atuam ocupações com menores salários e que requerem menor qualificação, criando assim um ciclo negativo que se perpetua ao longo do tempo.

Nos últimos anos, foram desenvolvidas várias ações afirmativas para minimizar essas diferenças e aumentar as possibilidades de melhoria, como o regime de cotas nas universidades federais e participação em concursos públicos, construções de imóveis para a população de baixa renda, no entanto, ainda existe muito a ser feito e superado.

Faz-se necessário uma mudança de percepção no que se refere à forma como vemos e percebemos o ser humano, não levando em consideração ou julgando-o apenas pela cor de sua pele, mas avaliando o contexto sociocultural, o seu em torno, as possibilidades e melhorias obtidas a partir de então. Dessa forma, podemos superar o enorme preconceito arraigado em nossa sociedade que julga as pessoas apenas por sua cor de pele e não pelos seus valores e pela sua dignidade.

VI. REFERÊNCIAS

DIEESE/SEADE, Os negros no mercado de trabalho da região metropolitana de São Paulo, Pesquisa de Emprego e Desemprego-PED novembro de 2018.

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. 2 ed. São Paulo: Global Editora, 2007.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

INSTITUTO ETHOS, **Há discriminação racial no mercado de trabalho?**, Ethos Social, 21/03/2018 <https://www.ethos.org.br/cedoc/ha-discriminacao-racial-no-mercado-de-trabalho/#.XJvoX5hKjIV>, acessado em 01/05/2019.

ROSELINO, J.E.; FERRO, A.R. & AUGUSTO, N., A Evolução Recente da Desigualdade entre Negros e Brancos no Mercado de Trabalho das Regiões Metropolitanas do Brasil Revista Pesquisa & Debate. São Paulo. Vol. 26. Número 2 (48). pp. 105 - 127 Set 2015.

SANTOS, M. , **O País Distorcido**, São Paulo: Publifolha, 2002.

TURRA, Cleusa; VENTURI, Gustavo. **Racismo Cordial**. São Paulo: Ática, 1995.